

CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A.

CNPJ nº 10.760.260/0001-19

NIRE 35300367596

Companhia Aberta

INSTRUÇÃO DE VOTO A DISTÂNCIA

**ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA
TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES**

Nome/Denominação do Debenturista	
CPF/CNPJ do Debenturista	
E-mail do Debenturista	
Telefones para Contato	

Termos iniciados por letra maiúscula utilizados nesta instrução de voto a distância ("Instrução de Voto") da Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária para distribuição pública com esforços restritos da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. ("Emissão" e "Companhia", respectivamente), a qual teve seus trabalhos iniciados e suspensos em 3 de julho de 2020, às 16 horas, e reabertos e suspensos em 7 de agosto de 2020, às 16 horas, conforme edital de convocação divulgado em 18 de junho de 2020 ("Assembleia" e "Edital de Convocação"), que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Edital de Convocação e/ou no "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.", celebrado entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente). A Assembleia terá seus trabalhos retomados em 4 de setembro de 2020, às 16 horas.

ORIENTAÇÕES DE PREENCHIMENTO

Esta Instrução de Voto deve ser preenchida caso o Debenturista opte por exercer seu direito de voto por meio de instrução de voto a distância, nos termos da Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("Instrução CVM 625").

Para que esta Instrução de Voto seja considerada válida e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral de Debenturistas:

(i) todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do Debenturista e o número do CPF/ME ou CNPJ/ME, bem como indicação de endereço eletrônico e telefone para eventuais contatos deverão ser preenchidos;

(ii) o voto deverá ser assinalado apenas em um dos campos (aprovação, rejeição ou abstenção);

(iii) ao final, o Debenturista ou seu(s) representante(s) legal(is), deverá(ão) assinar esta Instrução de Voto; e

(iv) a entrega desta Instrução de Voto deverá observar a regulamentação aplicável, assim como as orientações abaixo.

ORIENTAÇÕES DE ENVIO DA INSTRUÇÃO DE VOTO

O Debenturista que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá preencher e enviar a presente Instrução de Voto e demais documentos abaixo indicados, conforme orientações a seguir:

(i) A Instrução de Voto deverá ser devidamente preenchida, rubricada e assinada. Não será exigido o reconhecimento de firma de assinaturas, notariação ou consularização na Instrução de Voto.

(ii) Documentos a serem enviados em conjunto com a Instrução de Voto:

(i) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido

com foto do debenturista;

(ii) quando pessoa jurídica, (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal;

(iii) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia Geral de Debenturistas; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e

(iv) caso qualquer dos Debenturistas indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas.

Conforme previsto no Edital de Convocação, o envio da Instrução de Voto deverá ser realizado, preferencialmente, em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas.

Caso a Companhia e o Agente Fiduciário recebam mais de uma Instrução de Voto do mesmo Debenturista, será considerada, para fins de contagem de votos na Assembleia Geral de Debenturistas, a Instrução de Voto mais recente enviada por tal Debenturista.

A Instrução de Voto e os documentos que a acompanham deverão observar o formato PDF e o limite de até 20 MB para envio dos anexos.

A efetiva data de recebimento do voto será a data de recebimento, pela Companhia, da Instrução de Voto e de todos os documentos que a acompanham, em formato eletrônico, conforme indicado acima.

O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto e esta for considerada válida não precisará acessar o link para participação digital da Assembleia Geral de Debenturistas, sendo sua participação e voto computados de forma automática, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia Geral de Debenturistas, na forma prevista no artigo 3º, § 4º, inciso I, da Instrução CVM 625.

Contudo, será desconsiderada a Instrução de Voto anteriormente enviada por tal Debenturista ou por seu representante legal, caso este participe da Assembleia Geral de Debenturistas através de acesso ao link e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto no artigo 3º, § 4º, inciso II, no artigo 7º, § 1º, e no artigo 9º, inciso I, todos da Instrução CVM 625.

A Companhia coloca-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

DELIBERAÇÕES

MANIFESTAÇÃO DE VOTO:

(i) não declaração do vencimento das obrigações da Companhia referentes às Debêntures, em razão do inadimplemento de obrigação não pecuniária, nos termos da Cláusula 5.2.1, item (i), da Escritura de Emissão, relacionadas a divulgação e disponibilização de demonstrações financeiras anuais (juntamente com declaração firmada por diretores da Companhia), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (“Demonstrações Financeiras Anuais”), dentro do prazo legal aplicável, conforme previsto na Cláusula 6.1, itens (i) (subitem (a) e (b)), (iii), (iv)(subitem (a)), (v), (viii), (ix), (xx) e (xxviii) da Escritura de Emissão;

[] **APROVAR** [] **REJEITAR** [] **ABSTER-SE**

(ii) concessão à Companhia de perdão temporário (*waiver*) quanto ao eventual não cumprimento de obrigações não pecuniárias, nos termos da Cláusula 5.2.1, item (i) da Escritura de Emissão, relacionadas a:

(a) divulgação e disponibilização de informações financeiras trimestrais (e respectivo formulário de informações trimestrais), relativas ao primeiro trimestre do presente exercício social (“ITR do Primeiro Trimestre”), dentro do prazo legal aplicável, conforme previsto na Cláusula 6.1, itens (i) (subitem (b)), (iv) (subitem (b)), (v), (viii), (ix), (xx) e (xxviii) da Escritura de Emissão;

(b) convocação e realização de assembleia geral ordinária (incluindo atos correlatos, tais como proposta da administração, edital de convocação, ata de assembleia), dentro do prazo legal aplicável, em conformidade com a Cláusula 6.1,

itens (i) (subitem (b)), (v), (viii) e (ix) da Escritura de Emissão;

(c) quaisquer obrigações de envio à CVM e/ou B3 de informações periódicas e eventuais e de divulgação de tais informações, conforme a Lei das Sociedades por Ações e/ou regras emitidas pela CVM, em decorrência do disposto nos itens acima deste edital, observado o disposto na Cláusula 6.1, itens (i), (iii), (v) e (ix) da Escritura de Emissão; e

(d) entrega de relatório específico e cálculo de apuração do Índice Financeiro (conforme definido na Escritura de Emissão), com base nas Demonstrações Financeiras Anuais e no ITR do Primeiro Trimestre, em conformidade com o disposto na Cláusula 6.1, item (iv) (subitem (c)) e (xxix) da Escritura de Emissão;

☐] APROVAR ☐] REJEITAR ☐] ABSTER-SE

(iii) concessão à Companhia de perdão temporário (*waiver*) quanto a observância pela Companhia do Índice Financeiro (conforme definido na Escritura de Emissão), com base nas informações financeiras trimestrais relativas ao segundo e terceiro trimestres do corrente ano, nos termos da Cláusula 5.2.1, item (x) da Escritura de Emissão.

☐] APROVAR ☐] REJEITAR ☐] ABSTER-SE

Local:	
Data:	
Assinatura:	